

Família e Dignidade.

Jurandir Freire Costa.

Pretendo abordar o tema da dignidade da família, do ângulo da formação das subjetividades. Posto que dignidade é um termo polissêmico, sugiro que aceitemos como solo de discussão, a definição da palavra dada por Kant, nos Fundamentos da Metafísica dos Costumes:

“Tudo tem ou bem um preço, ou bem uma dignidade. Podemos substituir o que tem um preço por seu equivalente. Em contrapartida, o que não tem preço, e, pois, não tem equivalente, é o que tem dignidade. (apud. Dufour, 2005:20)”.

O que significa, porém, “não ter preço e não ter equivalente”? A primeira resposta parece óbvia: dignidade nem tem preço, nem equivalente porque não é uma mercadoria. Dizer, porém, que uma coisa não é mercadoria é insuficiente para caracterizá-la como algo possuidor de dignidade. Muitos objetos materiais, por exemplo, os que são apenas usados e não trocados por equivalentes, não são mercadorias e, no entanto, não dizemos que eles possuem dignidade. Dignidade, portanto, não é mercadoria mas também não é uma simples “coisa” não precificável. Dignidade é um valor, ou seja, uma idéia que prescreve finalidades à existência humana, que desenha um horizonte de sentido para nossas ações, pensamentos e sentimentos.

De forma clássica, os valores dividem-se em estéticos, lógicos e éticos. Os estéticos são relativos à idéia do Belo e do Feio; os lógicos, à idéia do Verdadeiro e do Falso, e, por fim, os éticos, à idéia do Bem e do Mal. A dignidade, nesta classificação, se inclui no nicho dos valores éticos. Ela é um Bem ao qual queremos ter acesso, para gozarmos do respeito do outros e do auto-respeito. Ao nos referirmos a dignidade da família estamos,

assim, dizendo que esta instituição cultural não deve ser instrumentalizada como peça de um sistema de idéias axiologicamente neutro.

Como e por quê a família veio a tornar-se um pedestal deste ideal cultural? Para responder a pergunta, retomo, de modo breve, a história da relação entre a família e os ideais éticos no Ocidente moderno.

1^o A virada ética da Modernidade.

O surgimento das modernas sociedades ocidentais deu origem a um fato novo no campo da ética. Após o cisma Protestante e as Guerras Religiosas, os princípios éticos do catolicismo romano perderam o monopólio do sentido da existência. A narrativa católica, com o fim da civilização medieval, foi substituída pela narrativa política que instituiu o Estado moderno. Desde então, o dossel religioso, que articulava em um só sentido o destino terreno e sobrenatural de indivíduos e sociedades, foi desmembrado em duas esferas seculares: a esfera da ética pública e a esfera da ética privada. Tanto uma como outra traziam em germe contradições que vieram a se manifestar plenamente nos dilemas da família atual.

Analisemos, inicialmente, o caso da ética pública. A nova realidade política postulava que o Bem Comum era um valor ao qual todos os outros valores, religiosos ou não, deveriam se subordinar. Mas, se era assim, como conciliar a diversidade de escolhas individuais, assegurada pelo direito à liberdade de expressão, com o bem de todos? Os inventores do Estado secular imaginaram, então, duas saídas. A primeira foi a teoria do Interesse Geral. O Interesse Geral seria o resultado espontâneo da soma dos interesses particulares. São as famosas teses de que “vícios privados se convertem em virtudes públicas” ou de que uma extraordinária “mão invisível” regularia a competição de todos contra todos, na disputa pelo poder de comandar e fazer-se obedecer. A segunda saída, de autoria de Rousseau, substituiu a noção de Interesse Geral pela de Vontade Geral. Esta última é a que mais nos interessa pelo impacto que teve na elaboração do ideal familiar.

Ao contrário dos filósofos dos « interesses egoístas », como Hobbes ou Mandeville, Rousseau argumentava que não há como fazer brotar o Bem Comum de interesses puramente individualistas. A hipótese da heterogênese dos fins em relação aos meios, dizia

ele, era falaciosa. O egoísmo é incompatível com o altruísmo, a menos que seja redescrito de modo a explicar como sua natureza permite a emergência do segundo. Esta foi sua tarefa.

Rousseau admitia que o egoísmo dos interesses individuais é, sem dúvida, ineliminável no comportamento humano. O *amour de soi* é uma paixão primitiva, inata, anterior a qualquer outra, e da qual todas as outras são apenas modificações” (Rousseau,1966 :275). Esta paixão nasce do desamparo infantil, do instinto cego e maquinal, que nos faz buscar o que nos serve e repelir o que nos prejudica (ibid :276). Entretanto, pelo fato de ser uma paixão primitiva, não faz sentido condená-la como destrutiva. O *amour de soi*, em si, é bom. Sua pretensa maldade é uma distorção retrospectiva, causada pela conversão do sentimento original em em *amour propre*. O *amour propre*, contudo, é um evento secundário na ordem natural. Ele é produto da influência da sociedade corrompida pela vaidade, pela superstição e pela ignorância sobre os indivíduos.

Para prevenir o risco de transformação do *amour de soi* em *amour propre*, bastaria educar corretamente a criança. A boa educação consistiria na observância rigorosa de um princípio moral e na consideração de um fato empírico. O princípio moral era o da piedade. O educador deveria ensinar ao educando a tornar-se sensível ao sofrimento do outro. O fato empírico concernia à sexualidade. O desejo sexual, pensava Rousseau, era um impulso que pedia a presença do outro para se realizar. Por isso mesmo, levaria os indivíduos à sociabilidade consentida. A sexualidade bem orientada era o primeiro passo para a concórdia social. Drenada para o amor do outro, ela tornaria viável o que os teóricos dos interesses egoístas pensavam que só poderia ser conseguido por meios da violência estatal. Em síntese, ensinando-se à criança a sentir compaixão pela dor física e moral do outro e à domesticar o ímpeto egoísta do sexo, a harmonia viria por acréscimo. A Vontade Geral estava naturalmente inscrita no *amour de soi* e no amor ao outro, e não necessitava se apoiar no aparelhos repressivo do Estado para se concretizar. Pela piedade e pela sexualidade seríamos capazes de sintonizar o bem privado com as exigências do bem público.

É neste ponto do enredo rousseauiano que entra o personagem da família. Por ser o primeiro agente da educação infantil, a família veio a se tornar o fermento e a estufa da

metamorfose do interesse individual em cooperação coletiva. Homens e mulheres, devidamente educados, se empenhariam em buscar a complementaridade uns nos outros e em transmitir aos filhos o mesmo valor. A sociedade justa de cidadãos justos teria sua âncora no amor em família.

2- A família e a ética da vida privada.

A família, é claro, não foi eleita núcleo da ética privada, a partir de Rousseau. No século XVI, a luta da Reforma protestante contra o clericalismo e o ritualismo da Igreja católica havia aberto o caminho para sua sacralização leiga, ao confinar o exercício da religião ao espaço doméstico. A medida que a liturgia católica era desprestigiada, a ética cotidiana da família e do trabalho ia sendo promovida ao lugar, por excelência, da prática das virtudes cristãs. Todavia, a transformação luterano-calvinista da família só se completou com o advento do Romantismo filosófico, político e literário do século XVIII. O Romantismo intensificou o movimento de concentração ética sobre a família originado na Reforma, dando-lhe a definitiva coloração mundana exigida pela cultura secular.

A ética familiar dominante, antes da revolução romântica, seguia o padrão da cultura aristocrática. Com exceção dos burgueses recém-reformados, o interesse estamental das casas e linhagens sobrepujava os interesses individuais. Mesmo entre os príncipes protestantes, os códigos de etiqueta, honra e reputação forneciam o modelo ideal das condutas familiares. As revoluções republicano-democráticas não alteraram muito este estado de coisas. Os políticos, ideólogos, filósofos e juristas defensores da República estavam, sobretudo, preocupados com a formação dos cidadãos. A instituição familiar era foco de controle e vigilância apenas no que concernia à moralidade do trabalho e ao imperativo da escolarização.

O surgimento do Romantismo mudou de alto a baixo o panorama. Não apenas pela forte influência do pensamento político-filosófico de Rousseau, mas também pelo combate explícito, programático, do Romantismo ao ideário iluminista. Para os românticos, os ideais de justiça e liberdade, proclamados pelo Iluminismo, definiam com precisão os direitos e deveres públicos, mas eram impessoais e insensíveis à beleza e à autenticidade da vida sentimental. Além da equidade e a decência os indivíduos deveriam ter direito à auto-

realização, que só pode acontecer no plano das singularidades pessoais. A família era o teatro sob medida das virtudes privadas. Nela moravam a sinceridade e a esperança da verdadeira felicidade.

No final do século XIX, aproximadamente, o manequim cultural da família estava pronto, e, até hoje, inspira grande parte de nossas ideais. Seu perfil era o de uma instituição vagamente cristã e fortemente romântica, na qual se cultivava o amor para com os próximos e a solidariedade para com os concidadãos. O enaltecimento do romantismo amoroso; o fascínio pelas sutilezas da vida íntima; o gosto pelas fantasias sentimentais; a exaltação da convivência terna entre cônjuges e entre pais e filhos; o retraimento da espiritualidade cristã para o interior dos lares; as regras de civilidade etc, são os efeitos mais visíveis deste longo processo de consolidação da família nuclear, que, posta neste patamar, tornou-se a célula da sociedade, da Pátria e da Nação. Donde sua dignidade.

3. As nódoas no espelho da perfeição.

Entretanto, o que ocorreu com a ética pública ocorreu com a privada. O cenário idílico da família tinha seus sótons e porões. É importante assinalá-los, pois, foi nas brechas da perfeição idealizada que vieram a se enxertar os atuais dispositivos ideológicos de desagregação familiar.

Dois aspectos na formação da família democrático-burguesa permaneceram problemáticos. O primeiro relaciona-se aos ideais de igualdade; o segundo, aos de felicidade. Vejamos o primeiro. Os ideais de igualdade foram concebidos para aplicar-se à vida cívica. A vida privada continuou sendo percebida como o lugar das desigualdades e diferenças. Em matéria de direitos e deveres, por exemplo, pais não poderiam ser iguais aos filhos, adultos às crianças, homens às mulheres e assim por diante.

Os mentores do regime democrático, para resolverem a incongruência, forjaram numerosos artifícios ideológicos, entre os quais, os mais conhecidos são as teorias supostamente « científicas » sobre a inferioridade da mulher em face do homem; das pessoas denominadas negras em face das denominadas brancas; dos sujeitos homoeroticamente inclinados em face dos heteroeroticamente inclinados, além de outras, como as da perversão instintiva infantil etc. Todas estas teorias, hoje vistas como

preconceituosas, foram alinhavadas para tornar aceitáveis as dissimetrias de poder no coração moral da sociedade igualitária. A desigualdade era um resto social recalcitrante, reinscrito à força na gramática simbólica do igualitarismo.

Acontece que o « resto », apesar de amordaçado, não perdeu a voz. Desde cedo, em pleno apogeu da cultura burguesa oitocentista, os indivíduos, em particular as mulheres e os sujeitos com preferências sexuais minoritárias, passaram a reivindicar os mesmos direitos e o mesmo respeito devido aos « iguais ». Como, perguntavam eles, podemos experimentar e conhecer o princípio da piedade, se a conduta do homem branco, pai e heterossexual é o exato oposto da retórica da sensibilidade para com o sofrimento do outro ? A família, de abrigo num mundo sem compaixão passou, paulatinamente, a ser percebida como um reduto de opressão.

O problema foi agravado, além disso, pelo fato da ética privada não estar sujeita ao escrutínio público, na maioria dos casos e dos fatos. Os litígios intrafamiliares não podiam ser tratados como o eram as dissidências de ordem cívica. O critério para a resolução de tais conflitos era o apelo à « autoridade ». Autoridade, porém, é, fundamentalmente, uma força de exceção. Ela interfere nos negócios humanos justamente onde o braço da justiça não chega. A autoridade, em casos de rotina, não age em função da letra da lei, mas dos costumes morais estabelecidos. E, em casos imprevistos, é solicitada a criar normas *ad hoc*, sujeitas à recusa ou à aceitação, igualmente *ad hoc*, daqueles cujas condutas são o objeto da regulação pretendida. O único aval da autoridade é a confiança de que ela goza junto aos que a aceitam por livre consentimento. Se a autoridade perde a capacidade de encantar, persuadir ou despertar admiração e reverência, vê-se obrigada a empregar a violência física, a intimidação moral ou, o que é pior, a recorrer à coação dos dispositivos legais, para preservar a hierarquia da ordem que ela representa. Nos três casos, assina a confissão de sua impotência.

A família, em função disso, sofreu, desde o nascimento, as dores de uma fratura moral de difícil cura. Como instância extra-legal encarregada de impor normas éticas, sua fonte de legitimação era o papel de guardião do princípio da piedade e da solidariedade que reservou para si. Mas, como instância disciplinar, posta à serviço das ideologias burguesas dos séculos XVIII e XIX, contrariava suas finalidades explícitas e minava suas próprias fundações.

No registro dos ideais de felicidade, a instituição familiar também veio a sofrer as seqüelas de sua idealização ética. Todavia, o que estava em jogo, aqui, não era o embate pelo direito à igualdade, como nas infrações do patriarcado ao princípio da piedade, mas a relação dos indivíduos com eles mesmos, diante das exigências de felicidade. Os sujeitos, levados a introjetar os ideais de auto-realização moral, sexual, profissional, social, espiritual etc, começaram a dar sinais de que a carga que portavam era excessiva. O processo de subjetivação tornou-se sinônimo de consciência de culpa e de vergonha. Ser adulto passou a significar sentir-se permanentemente acossado por sentimentos de vergonha pelos malogros nas tentativas de realizar a identidade socialmente aprovada ou de culpa pelas transgressões cometidas no trajeto do aperfeiçoamento moral recomendado.

A família foi, desta maneira, onerada com um duplo trabalho, para atingir suas finalidades éticas : formar cidadãos iguais, a partir de pessoas desiguais, e formar sujeitos realizados, a partir de consciências infelizes. A dignidade familiar assentou-se em alicerces precários, e dessa precariedade surgiu seu mal-estar contemporâneo.

4. A família assediada.

Em torno dos anos 60 do século anterior, a situação cultural da família era constrangedora. As críticas à sua existência e modo de funcionamento multiplicavam-se e vinham de todos os lados. O pensamento libertário da contra-cultura e o pensamento revolucionário de filiação marxista iniciaram o assalto intelectual contra a cidadela familiar. Acusava-se a família burguesa de ser repressiva, individualista, racista, sexista e politicamente atrelada ao conservadorismo cultural. Em paralelo, proliferavam os ataques vindos dos especialistas em sanidade mental, para os quais a família era incompetente para estimular o desenvolvimento afetivo de seus membros, em especial, das crianças.

Pais e adultos, desnorteados, viram-se coagidos a reforçar o conservadorismo de que eram acusados ou a reduplicar os sentimentos de culpa e vergonha de que padeciam cronicamente. O estado de desequilíbrio pendeu em favor dos constestadores. As famílias foram expropriadas do saber que possuíam e sucumbiram, em bloco, à máquina de conhecimento pretensamente científico e revolucionário que as apresentava como ineptas

ou lesivas à ao amadurecimento afetivo ou imaginativo de seus componentes. Nos anos 80, o bombardeio prosseguiu com o movimento feminista e os movimentos de minorias sexuais, e, finalmente, veio o golpe de misericórdia: a moral do consumismo e do espetáculo lançaram-se sobre seus despojos, reciclando ideológica e economicamente o que sobrou.

Os dois últimos fenômenos, comparados aos anteriores, são os mais inquietantes, por deslocarem o assédio à família da arena dos embates éticos para a arena da manipulação instrumental. Explicitando, enquanto as críticas ideológicas citadas visavam a destituir a família de sua antiga dignidade para propor outro tipo de interação ética entre o público e o privado, as morais do consumismo e do espetáculo visam apenas a reduzi-la à matéria prima de lucro e reprodução ideológica do *status quo*. Os efeitos culturais e psicológicos destes ataques são, por isso, mais perniciosos e merecem serem levados à sério.

A moral do consumismo consiste, em linhas gerais, na alteração profunda dos vínculos de sentido que, outrora, ligavam a aquisição de bens materiais à história familiar. Ou seja, a prática social e psicológica do consumismo faz da posse de objetos um ato desprovido de significação moral. Reitero esta opinião, para enfatizar que o consumismo não se resume apenas em tratar os objetos como coisas descartáveis. Este é seu lado mais evidente, porém, o mais inocente. O que existe de inédito e preocupante no consumismo atual é que os compradores já não dispõem de critérios para distinguir o que é ou não verdadeiramente inútil.

O mecanismo ideológico da compulsão ao consumo opera da seguinte maneira. A indústria, o comércio e a propaganda instigam os indivíduos a definirem suas identidades pela ostentação de inovações tecnológicas ou pela acumulação perdulária de bens e serviços tradicionais. Uma vez convertidos a este estilo de vida, os indivíduos deixam de ver nos objetos signos de suas inclinações ou escolhas pessoais, para vê-los como prova de que são cidadãos de primeira classe. O resultado é o rebaixamento moral do uso dos objetos.

Explico o sentido da afirmação. Um dos traços típicos da família burguesa e democrática foi o de utilizar objetos industriais para enriquecer a intimidade doméstica e dar suporte material a seu passado social e afetivo. Os pais legavam aos filhos aquilo que eles legariam aos netos e assim por diante. Os objetos tinham um futuro potencial inscrito

no ato de sua aquisição. Eles um índice da reverência que os descendentes tinham por seus ascendentes e da preocupação com que olhavam o futuro dos que deles descenderiam. Cada objeto evocava episódios sociais, afetivos e espirituais dignos de rememoração, como nascimentos, batizados, casamentos, aniversários, bodas, formaturas, funerais etc. A memória da família não dependia apenas da fugacidade das lembranças individuais para se imortalizar. Ela permanecia gravada na materialidade de objetos que enraizavam o presente no passado e mostravam o respeito e a gratidão que as novas gerações tinham por aqueles que lhes antecederam. A moral do consumismo corroe por dentro esta expectativa, condenando à irrelevância e à decadência o que deveria ser duradouro.

A moral do espetáculo é uma expressão derivada do conceito de « sociedade do espetáculo » criado por Guy Debord (Jappe, 1999 ; Costa, 2004). De forma sucinta, o conceito alude à visão de mundo estruturada na linguagem auto-referente dos meios de comunicação de massa. Dito de outro modo, os meios de comunicação de massa, por deterem, praticamente, o monopólio da informação, tornaram-se o principal mediador simbólico entre a consciência da realidade e a experiência da realidade. A mediação, entretanto, não se mostra como « mediação », isto é, como uma interpretação possível de eventos que estão fora de sua grade interpretativa, e sim como um processo autônomo de produção de sentido dos acontecimentos do mundo. As leituras midiáticas da realidade, em vez de apontar para aquilo que excede seus limites, amarram a consciência individual nas malhas de seu próprio tecido, reenviando-a sempre a uma outra leitura com a mesma sintaxe e de igual nível analítico. Assim, negam e ocultam a pluralidade de ações e interesses que formam o estofado da experiência pessoal ou coletiva do mundo comum, e integram, quase de forma exaustiva, o consumismo e a moralidade familiar no universo do espetáculo.

O consumismo é incluído na moral do espetáculo pela rapidez com que torna obsoletos os objetos de compra. O encurtamento da vida útil das coisas faz com que o mundo material ganhe a aparência de um pano de fundo opaco onde desfilam novidades comerciais passageiras, e no qual o indivíduo se sente transitando como um turista ou um pária em terra estrangeira. Para entender sua posição neste mundo e diminuir o efeito de estranhamento, o indivíduo é, então, obrigado a recorrer à versão midiática da realidade, que nada mais é do que uma apologia sem disfarces da cultura do mercado.

A manipulação dos ideais familiares pela moral do espetáculo, por seu turno, dá-se de duas principais maneiras: pela fantasia da felicidade sensorial e pelo estupor da saturação de entretenimento. A fantasia da felicidade sensorial baseia-se na promessa feita aos sujeitos de que o minucioso cuidado com o corpo físico é capaz de proporcionar-lhes satisfação emocional e reconhecimento social. O que chamamos de culto ao corpo ou de abuso da exploração de sensações corporais, como nos casos de dependências químicas de drogas legais e ilegais, ilustra este tópico. Os cuidados compulsivos com a forma física, a saúde e a juvenildade terminam por ocupar boa parte do tempo anteriormente dedicado pela família ao aperfeiçoamento sentimental, cívico ou espiritual de seus membros. Ter um corpo conforme as injunções da moda passou a ser mais importante do que conduzir-se como cidadãos, pais, filhos, adultos ou crianças exemplares.

A ideologia do entretenimento é especialmente virulenta, por se expandir às custas da crise de autoridade familiar mencionada. A moral do espetáculo, valendo-se da crise da autoridade familiar, aborda problemas éticos como se fossem questão de gosto individual. E, como gosto não se discute, a gravidade e a seriedade daquelas questões é diluída em textos e imagens de ficção, fazendo da vida moral um arremedo de novelas, seriados, enlatados ou entrevistas para tardes de ócio. A mídia, a pretexto de superar preconceitos e comportamentos conservadores, na verdade, cria uma moralidade farsesca, votada a perecer no mesmo ritmo em que as novidades mercadológicas perecem. Pois, o que, de fato, comanda as discussões morais no universo midiático é o objetivo de cativar a audiência e manter o patrocínio das empresas. Neste sentido, qualquer expediente é bom, desde que o espectador, ouvinte ou leitor não se entedie e garanta a hegemonia de tal ou qual órgão de informação sobre os concorrentes na disputa pela preferência do público. Brutalidades; grosserias; exploração indecorosa do voyeurismo, sadismo, masoquismo ou exibicionismo latente em todos nós; estímulo à indolência intelectual; abuso do sentimentalismo e das fraquezas emocionais dos mais humildes; exploração do medo urbano da violência delinqüente, vale tudo, contanto que a audiência se divirta momentaneamente e esqueça rapidamente o que viu, ouviu ou leu. O ideal é que as pessoas não tenham memória moral e estejam prontas a trocar de crenças éticas como quem troca de camisa ou de marca de dentifrício.

Ao contrário da autoridade, porta-voz das tradições e suas contradições, o arauto da ideologia do entretenimento é a celebridade. A celebridade é a « autoridade » em morais triviais e provisórias. Em seu reino, tudo é possível, tudo é devorável, à condição de que seja leve, divertido, alto astral. Em virtude disto, estamos fabricando uma geração de brasileiros hipnotizada pelo mito da celebridade e indiferente ou hostil à autoridade dos adultos que não participam do clube do entretenimento. Mais que isso, como o único requisito para que alguém se torne uma celebridade é o de ter visibilidade, a notoriedade dissociou-se do mérito. O reconhecimento social não mais depende do valor moral, o que leva o admirador a ter uma relação ambígua com a celebridade. De um lado ele inveja seu prestígio social ; de outra despreza seu quilate moral, pois, de uma ou de outra forma, sabe que ela usurpa o direito à admiração devido aos que verdadeiramente têm talento.

Seja como for, hoje em dia, a força simbólica da autoridade familiar tem de lutar encarniçadamente para impor-se ao brilho publicitário das celebridades. Os próprios adultos, muitas vezes, colaboram para a perpetuação da ideologia do entretenimento, ao mostrarem aos jovens a puerilidade com que idealizam os ídolos midiáticos e o menosprezo com que tratam suas próprias vidas e valores éticos. Mas, mesmo quando se mostram críticos, têm grandes dificuldades em fazer ver às crianças e adolescentes a pobreza moral, intelectual e cívica dos heróis culturais da informação de massa.

Em conclusão, para que possamos restituir à família a legítima dignidade que, historicamente, lhe foi outorgada, é preciso colocar em perspectiva seus impasses, procurando reforçar o que ela tem de melhor e vencer a inércia do que ela tem de pior.

Obviamente, não existe receita para esta operação de resgate. Até porque, no ideário democrático-republicano, nem existem nem devem existir normas universais de auto-realização. Considerado este aspecto, podemos assinalar dois pontos de estrangulamento que exigem reflexão.

O primeiro concerne ao domínio da vida pública, do Bem Comum. É preciso que os adultos evitem transmitir às crianças descrédito ou desdém pela atividade política. Bem-entendido, não falo de política partidária. Os partidos são apenas um dos mediadores entre a sociedade civil e o Estado. Falo da importância de proteger do escárnio os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que são nossos credos morais básicos. Não se pode construir uma sociedade mais justa e decente, ensinando-se às crianças e aos jovens que a

lei do cinismo e do oportunismo são meios que se possa usar sem escrúpulos para « subir na vida ». Isto não é moralismo ; é moralidade. Tolerância em relação à falhas pessoais de caráter não é o mesmo que complacência sistemática em relação à quebra de princípios. Esta prática nefasta, que se difundiu entre nós como uma epidemia, vem destruindo a crença de que o meio aprovado de ascensão social é o trabalho e a educação.

O segundo concerne à órbita da vida privada. É preciso estarmos atentos às armadilhas da moral do consumismo e do espetáculo. No que tange ao consumismo, é importante reafirmar que o apreço que podemos ter por coisas que têm preço, não significa que sejamos todos zumbís « consumidores ». Existe um abismo ético que não devemos ignorar entre adquirir objetos que atendam nossas demandas físicas, afetivas, artísticas, intelectuais, espirituais etc, e comportar-se como criaturas vorazes, insensatas, que se precipitam às cegas sobre qualquer quinquilharia imposta pela violência simbólica da sedução midiática ou do conformismo social.

No que concerne à moral do espetáculo, duas atitudes culturais correntes exigem atenção redobrada. A primeira é a distância que devemos ter da ilusão midiática da felicidade sensorial. Se quisermos assumir compromissos familiares, não podemos deixar-nos infantilizar por um modo de vida cujo sentido resume-se em partir do corpo para chegar ao corpo. Esta montagem imaginária é a porta de entrada para o esfacelamento de qualquer laço moral e afetivo com o grupo de pessoas que compõem o núcleo familiar. Adultos obcecados com o desempenho físico, alheios a qualquer aspiração moral que se estenda além dos limites do próprio bem-estar, não podem exigir dos outros uma responsabilidade e uma solidariedade que se recusam a praticar.

A segunda atitude está relacionada ao culto às celebridades. A restauração da autoridade familiar só será possível se começarmos a reagir à invasão da vida privada pela moral do entretenimento. Pais e adultos que se mostram atoleimados ou paralisados diante das celebridades midiáticas, são os sabotadores mais eficientes da autoridade. Estes personagens não são exemplos de virtudes políticas, cívicas, espirituais, intelectuais, científicas ou artísticas que se deva imitar. São marionetes fadadas a caducar, tão logo a lei do espetáculo determine. Temos de convencer-nos de que a família, malgrado todas as imitações, ainda é a instituição cultural responsável pelo acolhimento das novas gerações, e que sua pedra de toque é a confiança na autoridade. Se pais e adultos renunciam ao

respeito que devem ter por sua função cultural, nada nem ninguém poderá ocupar este lugar. E não precisamos persistir atados ao regime da vergonha e da culpa, para exercer o papel de responsabilidade que nos é exigido. Responsabilidade implica sentir-se preocupado, sentir-se como partícipe de um problema e parte da solução. Isto nada tem a ver com auto-culpabilização ou auto-flagelação emocional.

Talvez pareça exorbitante pedir um esforço a mais a quem se sente exausto. Mas, em matéria de ética, o ganho em dignidade compensa o esforço.

Bibliografia.

COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura – Corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio. Garamond. 2004.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir cabeças – Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio. Companhia de Freud. 2005.

JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis. Editora Vozes. 1999.

ROUSSEAU. *Émile ou de l'éducation*. Paris. Garnier-Flammarion. 1966.